

O lobby da transposição do Rio São Francisco

A falta de isenção demonstrada pelo governo federal em relação à questão da transposição do São Francisco é demonstrada por João Abner Guimarães Jr. Revela que existe uma decisão política tomada nessa direção, facilitando a **atuação de um lobby poderoso que se encontra infiltrado na máquina do Estado** defendendo a manutenção da velha política de grandes obras hidráulicas para o Nordeste, a **verdadeira “indústria da seca”** na região.

O atual governo deseja aprovar o projeto de transposição do governo passado, com a mesma infraestrutura de 127 m³/s dos Eixos Norte e Leste.

O atual projeto de **R\$ 20 bilhões** vem sendo tocado pela mesma equipe do governo passado.

A ANA (Agência Nacional de Águas) concedeu a “outorga preventiva” para a obra e depois revogou.

Jerson Kelman presidente da ANA passou a recomendar um sistema de bombeamento para a transposição do Rio São Francisco em dois modos.

Na maior parte do tempo, o bombeamento seria de apenas 26 m³/s para o abastecimento humano e animal.

O sistema só deveria funcionar em plena carga, com vazão de 127 m³/s, nos momentos em que o reservatório de Sobradinho estivesse quase cheio, com mais de 94% de armazenamento, fato raro de acontecer.

Depois de 11 anos, deu-se com as chuvas intensas deste ano. Essa nova lógica do projeto vai de encontro à realidade revelada nos estudos do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco apreciado pelo Comitê.

Dos 360 m³/s alocáveis na bacia, cerca de 335 m³/s já foram outorgados, restando apenas 25 m³/s.

Estes 25 m³/s são exatamente o valor que a ANA pretende alocar para o uso externo à bacia, tendo como base o consumo humano nos estados do Nordeste setentrional.

A criação e atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco é o fato novo nesse processo legal. A obra da transposição deveria constar do Plano Decenal da Bacia aprovado pelo Comitê.

Essa necessidade apressou a formulação do Plano, que existiria para justificar a obra. A leitura da primeira versão do plano elaborado pela ANA, e rejeitada pelo Comitê, comprova facilmente essa tese.

Sem dúvida, um grande avanço na luta contra o lobby de transposição do Rio São Francisco.

O pedido de vistas, solicitado pelo governo e concedido pelo Comitê, adiou a decisão e reabriu o campo para o lobby.

A lógica do lobby é a mesma da doença oportunista que se instala quando o organismo se encontra fraco, como foi o caso do atual governo que assumiu sem um projeto concreto para o semi-árido.

Portanto, o maior desafio para a sociedade civil é construir e viabilizar politicamente um projeto alternativo **tecnicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justo para a região.**

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental
rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br